

LINGUAGEM E PENSAMENTO

António Zilhão

Universidade de Lisboa

Abstract: In this essay I discuss the issue of linguistic determinism. I begin by reviewing two famous standpoints. Orwell's determinist standpoint according to which whoever controls public language controls thought and Pinker's anti-determinist standpoint according to which thought develops in a medium of its own, outside of the reach of any attempts to gerrymander it through the gerrymandering of public language. I proceed by an analysis of the way the terms "language" and "thought" are used by these and other relevant authors and conclude that both terms are used by determinists and anti-determinists to refer to completely different entities. I therefore contend that in such a context these terms should best be viewed as theoretical terms. As a consequence, I maintain that it is not possible to discuss any dependence claims independently of a general assessment of the theoretical frameworks within which they are made. Finally, I analyse the way these terms seem to me to be used in natural language contexts and try to draw some conclusions from there.

Keywords: natural language, thought, language of thought, E-languages, I-languages, linguistic determinism.

I.

Em 1949, poucos meses antes de morrer, George Orwell publicou em Londres uma novela que viria a torná-lo num dos mais famosos escritores britânicos do século XX. Estou a falar, como já devem ter adivinhado, de *Nineteen Eighty-Four*. Provavelmente, já todos os presentes leram esta obra emblemática da ficção anti-utópica moderna. E mesmo que não o tenham feito, o impacto da novela de Orwell na cultura contemporânea impede-os de não estarem familiarizados com, pelo menos, alguns dos termos nela introduzidos e suas respectivas denotações e conotações. É o caso de 'Big Brother', 'Thoughtcrime', 'Thought Police', 'Doublethink' ou 'Newspeak'. O tema da minha comunicação consiste numa discussão das relações que existem entre a linguagem e o pensamento. Para tornar esta discussão mais vívida, gostaria de desenvolvê-la em redor da análise do objecto ficcional que é referido em *Nineteen Eighty-Four* pelo termo 'Newspeak' e das relações que nessa novela esse objecto ficcional tem com o pensamento.

Permitam-me que comece por refrescar-vos um pouco a memória e vos lembre alguns factos básicos acerca do que acontece no ano de 1984, tal como Orwell o imagina em 1949. O Mundo encontra-se partilhado por três mega-estados totalitários, que se encontram envolvidos uns com os outros num jogo de permanentes guerras, alianças e traições, cujo objectivo aparente é o controle de uma dada área da Terra que não pertence em definitivo a nenhum deles. Um destes mega-estados é Oceânia, onde vivem o personagem central da novela, o infeliz inconformista Winston Smith e a sua não menos infeliz namorada Julia. Em Oceânia, o inglês, tal como o conhecem os seus falantes de 1949, é ainda a língua oficial. Mas uma nova língua - Newspeak - está a ser consciente e laboriosamente criada pelos técnicos do Partido único que domina Oceânia, a partir dos vocábulos e da sintaxe do inglês tradicional, agora pejorativamente rebaptizado de Oldspeak. Este labor linguístico tem uma finalidade muito específica: de acordo com os técnicos mais esclarecidos do Partido, o uso generalizado e exclusivo de Newspeak deve restringir e condicionar o âmbito do pensamento de um modo tal que qualquer sequência de pensamentos efectivamente pensados por qualquer um dos seus falantes em quaisquer circunstâncias esteja necessariamente em conformidade com os

princípios do *Ingsoc* (i.e., a ideologia do Partido que governa Oceânia; o termo que a designa resulta de uma corruptela da expressão *oldspeak, English Socialism*). Assim, a substituição total de Oldspeak por Newspeak, que os técnicos do Partido prevêem que venha a dar-se por volta de 2050, tornará o ‘thoughtcrime’, ou crime do pensamento, em algo já não apenas pouco recomendável para o bem-estar individual do ‘thoughtcriminal’, ou criminoso do pensamento, mas antes em algo de virtualmente impossível. Se o projecto *Newspeak* tiver sucesso, a finalização dessa substituição constituirá a vitória definitiva da revolução totalitária que, no calendário orwelliano, teria tido lugar durante os anos 50 do século XX. Um dos *slogans* que é, em 1984, constantemente publicitado pelo Partido único de Oceânia exprime a confiança em que esse virá a ser o caso. Trata-se do *slogan*: *Newspeak é Ingsoc e Ingsoc é Newspeak*.

Estes são alguns dos elementos ficcionais essenciais introduzidos por Orwell em *Nineteen Eighty-Four*. Vou agora passar a considerar alguns elementos específicos relativos ao tema que me compete abordar. Em particular, vou considerar os elementos que permitem responder à seguinte pergunta:

Com que legitimidade pode Orwell imaginar que a criação em laboratório e a imposição forçada de uma nova língua, qualquer que seja a sua estrutura sintáctica e os vocábulos que tenha ao seu dispor, permitirá alcançar os objectivos do Partido, tal como ele os descreve?

Repare-se que esta ficção não surge como uma especulação gratuita. Pelo contrário, a sua congeminção baseia-se num raciocínio fundamentado. A argumentação de Orwell, muito bem elaborada, pode ser resumida do seguinte modo. Em Newspeak, cada conceito pertencente ao inventário de conceitos que o Partido considerar como admissíveis de serem pensados pelos cidadãos de Oceânia terá que ser expresso por um e apenas um termo; por seu lado, cada um dos termos gerais da nova língua designará necessariamente um e apenas um destes conceitos, não havendo por isso espaço para quaisquer ambiguidades ou conotações secundárias, não literais, de um termo. Quaisquer outros termos gerais, assim como os adjectivos e advérbios deles derivados, serão, pura e simplesmente, eliminados da língua. Uma vez este objectivo alcançado, todos os conceitos relacionados com ideologias, modos de vida, estados de alma ou aspirações intelectuais proscritos pelo Partido ficarão sem qualquer termo que os designe. A consequência desta ausência de termos para designar os referidos conceitos será, argumenta ainda Orwell, a de que estes se tornarão literalmente impensáveis por quem use exclusivamente Newspeak. Ora, uma vez tornados os conceitos indesejáveis impensáveis, o âmbito dos processos de pensamento possíveis de serem albergados pelas mentes dos indivíduos educados desde a infância em Newspeak ficará restringido de acordo com as pretensões do Partido. E estas seriam a de que esse âmbito nada mais deveria conter senão aquele mínimo imprescindível para que os processos de comunicação requeridos pelas necessidades da vida profissional, da vida quotidiana e da compreensão da propaganda do Partido decorram sem sobressaltos. Note-se que, para se assegurar da desapareição efectiva de quaisquer sentidos remanescentes do passado pré-revolucionário, o Partido promoveria também, em paralelo com a educação das novas gerações exclusivamente em Newspeak, um trabalho simultâneo de reconversão para Newspeak de todos os livros, textos, documentos, registos sonoros e inscrições do passado e de destruição de todos os seus originais e cópias em Oldspeak, onde quer que eles pudessem encontrar-se.

Em traços gerais, estes são o cenário e a argumentação que fundamentam a legitimidade da idealização da anti-utopia linguística criada por Orwell, a qual não constitui apenas um complemento à sua anti-utopia sócio-política mas é, antes, pensada como a sua realização plena e definitiva.

Após nos termos assegurado que a especulação de Orwell não surge de forma gratuita e após termos tomado conhecimento da cuidada argumentação que lhe subjaz, regressemos então à questão inicial: será esta anti-utopia efectivamente realizável? De facto, a suposta demonstração da sua realizabilidade constitui a grande fonte de legitimidade para a especulação. Mas antes de procurar uma resposta gostaria de tornar bem claro o sentido da pergunta. Repare-se que o seu âmbito não é socio-político. Isto é, aquilo que nela interessa não é a discussão de se as tendências de evolução das sociedades contemporâneas tornam uma evolução no sentido do Mundo descrito por Orwell numa possibilidade política real. Por outro lado, tão-pouco interessa aqui discutir se, supondo que um Mundo como o descrito por Orwell se materializa, um projecto de reforma linguística como o que ele imagina poderia ou não ser contemplado pelos senhores desse Mundo. De acordo com a pergunta e o tema que me ocupa, aquilo que interessa discutir é o seguinte: supondo que um Mundo tal como o descrito por Orwell em *Nineteen Eighty-Four* se materializa e que nele é empreendido um projecto de reforma linguística do género daquele que ele descreve, com as finalidades que ele descreve, poderia um tal projecto ter sucesso, entendendo-se por sucesso a consecução efectiva de tais finalidades?

Sobre que base poderemos nós raciocinar para tentar encontrar uma resposta a esta reformulação da nossa pergunta anterior? Repare-se no modo como Orwell descreve o projecto de criação e inculcação de Newspeak. Enquanto língua, Newspeak é apenas um meio. O objectivo confesso de todo o processo é permitir ao Partido alcançar o controle do pensamento dos habitantes de Oceânia. Isto mostra que a tese substantiva que subjaz à construção ficcional empreendida por Orwell é a de que é a linguagem que determina o pensamento e não o contrário. É da verdade pressuposta desta tese que se segue o corolário que quem controla a linguagem controla o pensamento. Ora, a imposição e generalização de Newspeak é, precisamente, o meio adoptado pelo Partido para controlar a linguagem dos cidadãos de Oceânia. Dado o corolário, segue-se que, com a imposição e generalização de Newspeak, o Partido adquire igualmente o controle do pensamento desses cidadãos. A resposta à pergunta colocada acima depende então da discussão da tese substantiva de que a linguagem determina o pensamento. Será esta tese verdadeira?

II.

Um dos mais brilhantes psicolinguistas contemporâneos, o norte-americano Steven Pinker, defende no seu livro *The Language Instinct* que a tese de Orwell está essencialmente errada. Segundo ele, Orwell teria sido fortemente influenciado por uma corrente de pensamento que ele designa por ‘determinismo linguístico’ a qual, para além de ter sido extremamente influente em todo o século XX, teria sido intelectualmente deletéria. A tese essencial do determinismo linguístico seria a tese de acordo com a qual o pensamento seria, basicamente, uma outra forma, virada para dentro, de utilização da linguagem. Deste modo, se a tese do determinismo linguístico estivesse correcta, então a forma da nossa linguagem condicionaria inapelavelmente a forma do nosso pensamento. Os sistemas de categorias usados no nosso pensamento

seriam basicamente aqueles que a nossa linguagem nos imporia. Uma consequência que daqui se seguiria seria a de que linguagens estruturalmente diferentes dariam origem a formas de pensamento estruturalmente diferentes. E algumas destas formas de pensamento poderiam não ser acessíveis umas às outras. Ora, desta perspectiva, parece de facto seguir-se que, se fosse possível a uma entidade totalitária reformatar a linguagem de uma comunidade de acordo com as suas conveniências, privando-a, em simultâneo, do contacto com quaisquer outras linguagens, então o pensamento dos falantes dessa linguagem seria igualmente reformatado de acordo com essas mesmas conveniências. Isto é, desta perspectiva, parece, de facto, seguir-se a consequência orwelliana de que o controle da linguagem implica, de facto, o controle do pensamento.

Só que, segundo Pinker, a tese do ‘determinismo linguístico’ está errada. Eis o que ele diz a seu respeito:

“A ideia de que o pensamento é a mesma coisa que a linguagem é um exemplo daquilo a que se pode chamar um absurdo convencional: uma proposição que contraria todo o senso comum, mas na qual toda a gente acredita porque toda a gente se lembra vagamente de a ter ouvido algures e porque é tão fértil em implicações. (Os “factos” de que usamos apenas cinco por cento dos nossos cérebros, de que os lemmings se suicidam em massa, de que o Manual do Escuteiro Mirim vende anualmente mais exemplares que qualquer outro livro, e de que podemos ser coagidos a comprar por meio de mensagens subliminais são outros exemplos do mesmo género.)”¹

Não se poderia ser mais enfático a negar a tese subjacente ao raciocínio de Orwell! Mas se a tese de Orwell está errada, qual é a tese que está certa? E como justifica Pinker uma em detrimento da outra? Isto é precisamente o que vamos ver de seguida.

De acordo com Pinker, e muitos outros cientistas cognitivos contemporâneos, ‘pensar’ significa processar representações mentais internas naquilo a que eles chamam uma “linguagem do pensamento”. Estas representações mentais têm, tal como quaisquer outras representações, um carácter simbólico, isto é, são sinais. Uma das questões que têm levantado um debate mais aceso entre os cientistas cognitivos contemporâneos é, por isso, a questão de saber como é que as representações mentais que constituem os átomos da linguagem do pensamento podem adquirir o seu sentido. Diferentes teorias se confrontam a este respeito, das quais as mais importantes são a Teoria Causal da Representação e a Teoria Teleológica da Representação. A primeira defende que o sentido seria conferido a estas representações pela sua associação com os objectos externos que estariam causalmente na sua origem; a segunda defende que o sentido seria conferido a estas representações por aqueles objectos externos que, dado o trabalho de processamento para o qual elas teriam sido mobilizadas, deveriam ter estado na origem da sua produção, de acordo com uma história de selecção natural da qual os organismos da espécie relevante teriam sido os sujeitos. Um processo de pensamento seria assim, de acordo com ambas as teorias, uma sucessão de computações de representações mentais levadas a efeito pelos processadores existentes nas nossas mentes. Um processo deste género seria, por sua vez, activado para responder à entrada de informação externa ou interna e daria origem a um desfecho, o qual seria em seguida transmitido aos centros de comando motores para produzir as acções requeridas pela necessidade de responder à informação recebida de acordo com os interesses do organismo.

¹ cf. Pinker (1994), p. 57.

Ora, a tese substantiva de Pinker a respeito do tema cuja abordagem nos interessa é a de que a linguagem do pensamento - aquela que é usada no processamento das computações requeridas para o funcionamento do nosso sistema cognitivo - terá que ter uma estrutura substancialmente diferente da das linguagens naturais, tal como estas são explicitamente usadas pelos seres humanos. Esta tese fundamenta-se em dois pressupostos. O primeiro é o de que funções diferentes são sensíveis a constrangimentos diferentes, dando por isso origem a órgãos diferentes; o segundo é o de que a linguagem do pensamento e as línguas naturais têm funções diferentes. A função da linguagem do pensamento seria a de processar o máximo possível de informação relevante para possibilitar ao organismo a produção de respostas o mais possível adequadas às circunstâncias envolventes; a função das línguas naturais seria a de possibilitar a comunicação entre seres humanos. Ora, os constrangimentos no contexto dos quais cada uma destas funções decorre são, argumenta Pinker, substancialmente diferentes. No contexto da comunicação verbal humana, é necessário mobilizar, por um lado, a atenção dos interlocutores, que tende a ser reduzida, tanto em tempo como em intensidade, e, por outro lado, toda a parafernália fisiológica que compõe o aparelho fonador humano, o qual obedece a ritmos de movimentação puramente mecânicos. No contexto do processamento mental de informação, aquilo que é necessário mobilizar são apenas agrupamentos de neurónios, os quais permitem a transmissão de informação de acordo com ritmos electroquímicos; ora, estes são muitíssimo mais rápidos que os ritmos mecânicos. Por outro lado, a mobilização da atenção do receptor da informação está garantida à partida. Assim, ao contrário da linguagem do pensamento, que fluiria exclusivamente por auto-estradas neuronais de informação, as línguas naturais estariam condicionadas pela necessidade de usar um veículo lento e pouco fiável para transmitir informação em tempo real.

Sendo, portanto, diferentes a função e os constrangimentos das línguas naturais e da linguagem do pensamento, as estruturas subjacentes a cada uma delas deveriam igualmente ser diferentes. Mas, apesar dessa diferença, as línguas naturais teriam que estar dependentes do trabalho da linguagem do pensamento para poderem obter os conteúdos por meio da transmissão dos quais lhes fosse possível desempenhar a sua função comunicativa. Nenhuma razão militar, porém, a favor da tese de que o contrário se verificaria. Deste modo, uma vez efectuada uma análise adequada, deveria tornar-se claro que, no binómio linguagem/pensamento, o papel preponderante teria que pertencer ao pensamento e não à linguagem. Daqui seguir-se-ia, evidentemente, que uma hipotética intervenção externa no sentido de reformatar a língua natural disponível numa dada comunidade de acordo com um propósito de empobrecimento e controle do pensamento teria que estar condenada ao fracasso. Por muitas contorções que fossem administrativamente impostas à estrutura sintáctica e à composição vocabular de uma língua natural, o processamento simbólico de informação a que o termo 'pensamento' se referiria continuaria a decorrer de forma independente dessas contorções nos processadores mentais programados para trabalhar com a estrutura simbólica inerente à 'linguagem do pensamento' e não com a estrutura simbólica dessa ou qualquer outra língua natural.

Deste modo, o que aconteceria com toda a probabilidade em 2050 seria, de acordo com Pinker, não o controle do pensamento dos cidadãos de Oceânia pelo Partido único, por meio da imposição generalizada de Newspeak e da exclusão de quaisquer vestígios de Oldspeak, mas antes a emergência de uma nova língua natural. Ainda segundo Pinker,

tal como os falantes das línguas historicamente mais recentes de uma dada civilização encontraram forma de expressar no seu seio os conteúdos que eram anteriormente expressos nas línguas historicamente mais antigas, também as novas gerações integral e exclusivamente educadas em Newspeak encontrariam uma forma de moldar a língua artificialmente preparada pelos técnicos do Partido, de tal modo que os conteúdos naturalmente presentes na ‘linguagem do pensamento’ pudessem ganhar uma expressão pública nesse novo veículo.

Pinker apresenta mesmo um modelo com base no qual defende que deveríamos considerar a relação na qual Newspeak se viria presumivelmente a encontrar com a língua que emergiria da sua imposição forçada aos cidadãos de Oceânia. Trata-se do modelo da criouliização. A língua empobrecida criada artificialmente pelos cientistas do Partido desempenharia nessa relação o papel de um pidgin, enquanto que a língua que efectivamente se generalizaria com base na imposição forçada desse pidgin aos descendentes dos falantes genuínos de Oldspeak seria um crioulo. Os crioulos, convém aqui referir, não são apêndices degenerados de línguas europeias. São, de acordo com a Linguística contemporânea, línguas genuínas que teriam sido desenvolvidas pelas crianças geradas pelos escravos africanos privados do uso das suas línguas naturais pelos seus proprietários europeus e forçados a usar como única língua de comunicação um pidgin extremamente empobrecido baseado no léxico e na sintaxe da língua europeia falada por esses mesmos proprietários. Deste modo, segundo Pinker, a experiência imaginada por Orwell para o futuro já teria acontecido num passado não muito distante de nós e os seus resultados estariam à vista de todos: em vez da redução da sua capacidade de pensamento, os descendentes das vítimas da pidginização forçada teriam recriado o pidgin aprendido de seus pais e avós e dado ao mundo novas línguas naturais, tão capazes de servir de suporte comunicacional a quaisquer conteúdos de pensamento, independentemente da sua subtilidade ou complexidade, quanto as línguas europeias a partir das quais os pidgins originais teriam sido derivados.

III.

Estará a questão, então, resolvida? Será que Pinker mostrou que toda a elaboração orwelliana em redor de Newspeak não é senão o resultado de um raciocínio baseado numa premissa errada, a premissa de que é a linguagem que determina o pensamento e não o inverso? E que a partir do momento em que essa premissa seja substituída pela premissa verdadeira – a premissa de que é o pensamento que determina a linguagem e não o inverso – toda a construção orwelliana se desmorona como uma fantasia imprecendente?

Penso que é necessário procedermos aqui com algum cuidado. Em primeiro lugar, consideremos o modo como Orwell se refere ao pensamento a ser objecto de controle pelo controle da linguagem. Eis algumas passagens. Ao referir-se à diminuição radical do número de vocábulos disponíveis acarretada pela introdução de Newspeak e às consequências que ela traria para o pensamento, Syme, um dos técnicos do Partido que Orwell imagina como estando empenhado na criação de Newspeak, caracteriza-as começando por dizer que essa diminuição restringiria o âmbito do pensamento. Um pouco mais à frente, porém, essa restrição é clarificada como significando um cada vez mais reduzido âmbito da consciência. Finalmente, a conversa entre Syme e Winston Smith termina com a afirmação de que a ortodoxia seria o mesmo que a ausência de pensamento, o que, por sua vez, é logo a seguir clarificado por meio do quase slogan

“ortodoxia é inconsciência”. Numa outra passagem, fala-se do objectivo pretendido pelo Partido como o de “tornar o discurso em algo de tão independente quanto possível da consciência”². De uma forma geral, estas e outras passagens parecem sugerir que a concepção orwelliana de pensamento é a concepção clássica: os pensamentos seriam, basicamente, os conteúdos intencionais da consciência. Logo, a tese de que seria a linguagem a determinar o pensamento deixar-se-ia reconduzir à tese de que seria a linguagem a determinar sob que forma os conteúdos intencionais se apresentariam à consciência

A concepção de pensamento defendida por Pinker é, por sua vez, uma concepção de pensamento independente da consciência. Para os defensores da tese da ‘linguagem do pensamento’, há pensamento onde quer que haja processamento ordenado de representações mentais de carácter simbólico. E uma vez que os fenómenos cognitivos são, de um modo geral, concebidos como sendo fenómenos de computação simbólica, isso significa que o pensamento deverá estar disseminado por todos os portadores de órgãos de controle cognitivo com um mínimo de sofisticação computacional. Quer isto dizer que uma das consequências desta concepção é a de que a presença de pensamento é algo de generalizado em todos os animais dotados de um cérebro suficientemente complexo.

Repare-se que o mesmo já não poderá dizer-se nem da linguagem nem da consciência. No caso da primeira, é ponto assente entre todos os investigadores de etologia animal que se têm debruçado sobre a questão que o uso de uma linguagem com uma estrutura recursiva por parte dos seres humanos é a manifestação de uma característica única no reino animal. De facto, todas as observações até agora feitas a respeito de sistemas de comunicação animal, incluindo os dos grandes símios, parecem mostrar que nada há nessas espécies que possa remotamente comparar-se com a linguagem humana em estrutura ou complexidade. Para Chomsky e a sua escola de pensamento, esta singularidade comportamental resultaria da existência de uma faculdade específica para a linguagem na espécie humana; esta faculdade encontrar-se-ia, por sua vez, separada no esquema geral das faculdades humanas das faculdades que dariam conta da existência das capacidades cognitivas gerais. O caso da segunda é mais complexo. Não é ainda sequer claro o que procurar, caso se pretenda determinar se outras espécies animais são ou não dotadas de consciência. Em todo o caso, parece-me ser necessário, em primeiro lugar, separar o problema da consciência, em sentido estrito, do problema da sentiência. Por ser dotado de sentiência entendo a faculdade de se ter propriedades fenoménicas em associação com estados mentais, intencionais ou não intencionais. Por ser dotado de consciência, em sentido estrito, entendo a faculdade de se ter uma perspectiva, por meio da qual as propriedades fenoménicas associadas à presença de estados mentais seriam introspectivamente vividas e intencionalmente consideradas. Ora, se me parece altamente implausível negar a existência de sentiência nos mamíferos não humanos, não me parece ser mais plausível atribuir-lhes a posse de uma perspectiva por meio da qual as propriedades fenoménicas associadas ao funcionamento das suas mentes seriam introspectivamente vividas e consideradas. Se esta intuição está correcta, então a consciência, tal como a linguagem, seria uma característica específica dos humanos.

² cf. Orwell (1949), pp. 56 e 58.

A partir do momento em que dissociamos o pensamento da consciência colocamos, mesmo que apenas implicitamente, o problema de saber que relações existem entre ambos e entre ambos e a linguagem naquela espécie em que ambos convivem e em que ambos convivem com a linguagem, isto é, a espécie humana. A consideração das diferentes possibilidades de responder a este problema conduz-nos a uma hipótese que pode, até certo ponto, conciliar os pontos de vista de Orwell e Pinker acerca das relações que existiriam entre a linguagem e o pensamento. Trata-se da hipótese de acordo com a qual Orwell teria razão na sua concepção acerca do modo como a linguagem e a consciência se relacionariam, isto é, Orwell teria razão em considerar que a linguagem determinaria a consciência, enquanto que Pinker teria razão na sua concepção acerca do modo como a linguagem e o pensamento se relacionariam, isto é, Pinker teria razão em considerar que o pensamento determinaria a linguagem. A aparente divergência entre ambos não seria senão o resultado de Orwell ter implícita e, do ponto de vista defendido por Pinker, indevidamente, colocado um sinal de identidade a relacionar os termos ‘consciência’ e ‘pensamento’. Mas a introdução desta hipótese conciliatória tem um alcance limitado. É que, mesmo que a linguagem determine a consciência, se a linguagem for, por sua vez, determinada pelo pensamento, concebido da forma como Pinker o concebe, segue-se que as consequências da introdução de Newspeak não poderiam ser demasiado graves para os cidadãos de Oceânia. De facto, se uma linguagem empobrecida teria que implicar, de acordo com Orwell, uma consciência empobrecida, a manutenção de um pensamento complexo inatingível por qualquer manipulação externa da língua natural acabaria por reintroduzir, de acordo com Pinker, uma linguagem complexa, a qual daria novamente origem a uma consciência rica. A introdução desta hipótese conciliatória não invalida assim a tese de acordo com a qual a consideração como um crioulo de base inglesa da língua falada por volta de 2050 pelos netos de Winston e Julia continuaria a ser, provavelmente, o modo mais adequado de imaginar o resultado da introdução forçada de Newspeak como única língua de comunicação disponível para os cidadãos de Oceânia.

IV.

Chegado aqui, gostaria de introduzir um novo elemento na discussão. Já vimos que o termo ‘pensamento’ é usado de modo diverso por Orwell e por Pinker. Temos, todavia, estado a raciocinar como se os dois autores se estivessem a referir à mesma classe de objectos quando usam os termos ‘linguagem natural’ ou ‘língua natural’. Mas será, de facto, esse o caso?

Comecemos por considerar o género de objectos a que Orwell se refere quando usa termos como ‘Newspeak’ ou ‘Oldspeak’. Como o relato dos trabalhos nos quais os linguistas do Partido se encontram envolvidos claramente o mostra, para Orwell, uma língua define-se por um dicionário, uma gramática e uma autoridade administrativa que zele pelo cumprimento pelos falantes das regras sintácticas e semânticas codificadas nesses instrumentos normativos e pela sua transmissão inter-geracional. Concebida desta forma, uma língua é basicamente um conjunto organizado de comportamentos verbais associados às suas condições de desempenho e interpretação, os quais são, juntamente com a sua cristalização escrita, caso ela exista, partilhados por uma comunidade nacional ou regional.

Esta concepção pré-teórica de o que é uma língua foi teorizada e reconceptualizada por alguns filósofos contemporâneos. Um dos mais significativos foi David Lewis. Este

definiu uma língua como um conjunto de cardinalidade infinita cujos elementos seriam pares ordenados de comportamentos verbais e interpretações dos mesmos. Os comportamentos verbais que constituiriam as primeiras coordenadas destes pares ordenados seriam prolações de frases. De acordo com os defensores deste ponto de vista, os falantes da língua adquiririam progressivamente os comportamentos prolativos apropriados por meio de processos de adestramento. Este adestramento linguístico deveria, por sua vez, ser entendido como a transmissão ao aprendiz de um conjunto de competências cuja descrição teórica envolveria um qualquer modo de definir recursiva, ou construtivamente, o conjunto de cardinalidade infinita em causa. Um comportamento em sintonia com uma tal definição teria que envolver a aquisição explícita, por parte do aprendiz, de um léxico primitivo e da capacidade de operar com um certo número de regras recursivas. O uso destas tornaria, em princípio, possível que os falantes produzissem qualquer elemento do conjunto infinito de prolações de frases e interpretassem qualquer elemento do mesmo conjunto nas suas ocasiões de uso a partir do conhecimento explícito do número finito de elementos primitivos dados.

Enquanto conjunto, o objecto referido pelos termos “língua” ou “linguagem” encontraria-se regido pelo princípio da extensionalidade, isto é, por aquele princípio que estipula que a identidade entre conjuntos é determinada pela identidade das listas dos seus elementos. Duas entidades linguísticas seriam assim a mesma se os mesmos comportamentos verbais fossem, em cada caso, emparelhados com os mesmos valores semânticos, isto é, se os conjuntos por elas determinados contivessem os mesmos pares ordenados. Por outro lado, dada a natureza dos procedimentos envolvidos, tanto a construção dos comportamentos verbais a partir da aglutinação dos seus constituintes como a interpretação dos mesmos nas suas ocasiões de uso a partir da interpretação dos seus constituintes poderia, em princípio, ser descrita por meio de mais do que um sistema de elementos primitivos e de regras recursivas. Da conjunção deste facto teórico com o critério de identidade mencionado acima segue-se uma importante consequência (que contradiz, aliás, um dos elementos constituintes da ideia orwelliana de linguagem). Trata-se da consequência de que a escolha de qual o sistema de regras por meio do uso do qual seria possível gerar o conjunto de pares ordenados de cardinalidade infinita que constituiria uma determinada língua seria basicamente uma questão de conveniência e não de verdade. De facto, o modelo de Lewis é o das linguagens formais, como, por exemplo, a linguagem formal para a Aritmética. Estas são definidas como conjuntos de fórmulas bem formadas e o critério que constrange a definição de um sistema de regras de formação é o de que ele seja capaz de gerar todas as fórmulas bem formadas da linguagem. Se for possível fazê-lo através de mais do que um sistema de regras então não há qualquer critério objectivo para escolher um sistema em detrimento dos outros. Uma língua seria assim um objecto essencialmente exterior ao falante; este teria que apreendê-la e dominá-la para poder encontrar-se em condições de usá-la e de entendê-la, do mesmo modo que teria que apreender e dominar outros sistemas complexos de comportamentos ou mesmo outros objectos abstractos cognitivamente relevantes para a espécie humana, nomeadamente, objectos de carácter teórico ou matemático. Esta reformulação teórica do conceito de linguagem difundiu-se amplamente entre os filósofos da linguagem contemporâneos. Donald Davidson, o mais proeminente de todos, apresenta uma caracterização de o que é uma linguagem em tudo semelhante à que acabei de referir, reconhecendo inclusivamente que a sua caracterização é, basicamente, a de David Lewis³.

³ cf. Davidson (1992), p. 108.

Este modelo de o que é uma língua, natural ou não, foi chamado por Chomsky de modelo de “Linguagem-E”. Nesta expressão, a letra E refere os qualificativos “extensional” e “externalizada”. De acordo com Chomsky, este modelo de o que é uma língua recorta um conceito de língua que não é o mais apropriado para servir de base à actividade teórica de uma genuína Ciência Natural da Linguagem. Daí que ele oponha a este conceito de língua, um outro conceito que designa por modelo da “Linguagem-I”. Nesta expressão, a letra I refere os qualificativos “intensional” (por oposição a extensional) e “internalizada” (por oposição a externalizada). Uma língua, concebida segundo o modelo de uma Linguagem-I, define-se não pela lista infinita de prolações de frases nas suas condições de uso, juntamente com as suas interpretações, que hipoteticamente a comporiam mas, precisamente, por aquela sua característica que é qualificada como arbitrária pelos defensores da ideia de que o conceito apropriado de linguagem seria o correspondente ao modelo da Linguagem-E. Essa característica é a gramática.

Segundo Chomsky, além de não ser um elemento arbitrário na definição da linguagem que, de facto, constitui, a gramática é um sistema de procedimentos mentais, fisicamente realizado no cérebro de qualquer falante de uma qualquer língua e, por essa via, dotada de uma existência no mundo natural. De acordo com ele, é a posse desse sistema de procedimentos que possibilita ao utente de uma linguagem tanto a produção como o processamento de conjuntos de fenómenos fonéticos, gestuais ou outros como sendo instâncias de actividade linguística. O objectivo último do trabalho de uma Ciência Natural da Linguagem seria assim a descrição das gramáticas fisicamente realizadas nos cérebros dos falantes. Uma teoria linguística seria, então, uma teoria que descreveria os mecanismos operativos em certos sistemas transformacionais biologicamente realizados e não os conjuntos dos seus resultados; ou seja, ela caracterizaria intensionalmente e não extensionalmente o seu objecto de estudo. Deste ponto de vista, os comportamentos linguísticos externos constituíram apenas a **evidência** a partir da consideração da qual seria possível reconstituir a linguagem, em vez de constituírem os próprios elementos que definiriam o objecto de estudo. Chomsky faz ainda a distinção entre dois tipos de gramática. As gramáticas particulares, que descreveriam a teoria das diferentes línguas particulares efectivamente existentes; e a gramática universal, que descreveria o sistema de princípios que especificam o que é ser uma linguagem humana, isto é, o sistema de princípios gerais que seriam comuns a todas as gramáticas humanas particulares. A realização biológica deste último sistema estaria, segundo Chomsky, inscrita no património genético da Humanidade.

Subjacente à tese de que deveria existir uma gramática universal inata na espécie humana encontra-se o argumento de que, sem a sua postulação, não parece ser possível dar conta do modo como, num período excepcionalmente curto das suas vidas, as crianças de qualquer comunidade humana passam de seres não falantes a seres falantes. Este argumento costuma ser designado como o ‘Argumento da Pobreza da Evidência’. Não vou aqui tratar da discussão que este argumento tem suscitado no panorama filosófico mais recente. Mas é em torno da sua validade que, no presente, se digladiam aquelas duas correntes que, desde Platão e Aristóteles, têm dominado a História do pensamento ocidental, a saber, o empirismo e o racionalismo. Finalmente, repare-se que a definição chomskyana de gramática exclui desde logo a conotação normativa que habitualmente é associada a este termo. De acordo com este ponto de vista, qualquer falante teria forçosamente uma qualquer gramática particular inscrita na sua mente,

qualquer que fosse a gramática normativa em vigor na sua comunidade e qualquer que fosse o desvio que entre ambas pudesse verificar-se. O trabalho do linguista deveria, assim, consistir na pura descrição empírica da gramática do falante e não na sugestão da sua correcção de acordo com os preceitos normativos em vigor. Deste ponto de vista, o trabalho dos nossos mais ilustres filólogos teria tido mais a ver com as publicações sobre etiqueta do que com a Linguística, tal como Chomsky a define.

Ora bem, Pinker é um discípulo de Chomsky e o seu conceito de linguagem ou língua natural é, claramente, o conceito captado pelo termo ‘Linguagem-I’, tal como Chomsky o caracteriza. Como vimos atrás, o conceito de linguagem que encontramos em Orwell é um conceito de ‘Linguagem-E’. Evidentemente, não pretendo com isto dizer que Orwell tenha desenvolvido um conceito de linguagem com a mesma sofisticação técnica que aquele que é apresentado por David Lewis (vimos até que, em certos aspectos, o conceito de Lewis contradiz o de Orwell). Mas parece-me claro que o conceito proposto por Lewis tem por finalidade formalizar e reconceptualizar o conceito pré-teórico que encontramos em Orwell. Portanto, quando Pinker e Orwell usam o termo “linguagem” não estão, claramente, a falar acerca da mesma coisa. Acima, tínhamos já visto que o termo “pensamento” tão-pouco é usado por eles para falarem acerca da mesma coisa. Será que, nestas circunstâncias, é de facto possível avaliar a disputa em torno do “determinismo linguístico”?

O problema consiste em que a divergência que estes autores revelam ter acerca de qual a relação que existiria entre a linguagem e o pensamento não pode reconduzir-se àquele género de divergência que consiste em dois contendores não partilharem a mesma opinião acerca do modo como dois correlatos independentemente identificados se relacionam entre si. Um exemplo deste género de divergência é o que se verificaria entre dois contendores que discutissem acerca de duas pessoas determinadas, chamemos-lhes José e Maria, qual o género de relação convivencial na qual estes se encontrariam. Esta divergência teria que ser dirimida por meio de argumentos relacionados com a presença ou ausência de um contrato de casamento assinado ou não por ambos e com as circunstâncias relacionadas com a feitura ou não feitura do contrato em causa. Mas em nenhum momento da discussão poderia acontecer que os contendores chegassem à conclusão de que o José e a Maria acerca dos quais cada um deles estaria a falar não seriam os mesmos. Se isso acontecesse, os contendores considerariam certamente que a discussão teria sido um equívoco e não lhe atribuiriam qualquer importância. Ora, no caso que estamos a considerar, a conclusão a que chegámos é exactamente a de que ambos os correlatos da relação sob consideração são identificados de modo diverso por cada uma das posições analisadas. Repare-se que “serem identificados de modo diverso” significa aqui não que os mesmos objectos sejam identificados por meio da menção a propriedades ou modos de apresentação distintos que o mesmo objecto possui mas antes que os mesmos termos referem, em cada caso, objectos assinalavelmente distintos. Quererá isto dizer que a disputa acima referida não é senão um equívoco? Ou será possível isolar realmente um ou mais aspectos essenciais em torno dos quais exista realmente uma divergência que valha a pena salientar?

Parece-me que é, de facto, possível falar aqui de uma divergência essencial. Só que, mais do que uma divergência acerca de qual a relação que existiria, em abstracto, entre a linguagem e o pensamento, ou, sequer, *pace* Pinker, acerca do modo mais apropriado como o termo “pensamento” deve ser caracterizado, essa divergência é primordialmente

uma divergência de natureza conceptual acerca de o que deve entender-se pelo termo “linguagem”.

De facto, são as definições implícitas que cada um dos autores tem deste termo que tornam claro porque é que eles concebem de forma diversa tanto o que é o pensamento como as relações que este teria com a linguagem. Senão vejamos. Ambos os autores partilham claramente três pressupostos básicos. O primeiro é o de que os pensamentos têm um conteúdo proposicional intrínseco. O segundo é o de que a existência de conteúdos proposicionais intrínsecos implica a existência de um sistema simbólico no qual esses mesmos conteúdos seriam formulados. O terceiro é o de que os pensamentos seriam internos, isto é, ocorreriam na mente do pensador. Se combinarmos estes três pressupostos com o pressuposto não chomskyano de que uma linguagem natural, enquanto paradigma de um sistema simbólico fisicamente realizado, teria necessariamente as características que lhe são atribuídas pelo conceito a que Chomsky chama ‘Linguagem-E’, segue-se que o pensamento não pode senão ser representação silenciosa e acelerada na consciência de comportamentos verbais nas suas condições de uso juntamente com as suas interpretações. A partir desta conclusão, a adesão à tese do determinismo linguístico é, naturalmente, o passo seguinte a dar.

Mas, se os três pressupostos iniciais forem agora combinados com a ideia de que o conceito apropriado de linguagem natural, enquanto paradigma de um sistema simbólico fisicamente realizado, é o conceito de uma estrutura formal por meio da qual se descreve um mecanismo interno de processamento simbólico, nada obsta a que se postule a existência de mais do que um mecanismo interno com essas características. Um destes mecanismos poderia servir de suporte ao processamento da produção e da compreensão de comportamentos verbais, outro poderia servir de suporte ao processamento do pensamento e outros ainda poderiam servir, presumivelmente, de suporte a outras funções cognitivas. Uma vez esta dissociação estabelecida, a questão da determinação de quais as relações que existiriam entre as diferentes linguagens-I tornar-se-ia uma questão para ser dirimida pela determinação de qual das diferentes respostas possíveis mereceria, em função da evidência disponível, o qualificativo de inferência para a melhor explicação.

O que é, todavia, curioso é que, mesmo que a investigação empírica possa vir a mostrar que, do ponto de vista da organização específica da mente humana, Pinker teria razão na identificação de qual dos correlatos determina os conteúdos do outro, do ponto de vista conceptual há algo na sua posição que o coloca bastante mais próximo dos defensores do determinismo linguístico do que ele, provavelmente, gostaria. É que, para Pinker, há, obviamente, um sentido no qual, ao contrário do que ele expressamente diz na citação de *The Language Instinct* aqui reproduzida, pensamento e linguagem são a mesma coisa. Trata-se do sentido em que, do seu ponto de vista, ambos são linguagens-I. De facto, o pensamento só é concebido por Pinker como determinando os conteúdos expressos pelas línguas naturais na medida em que é primeiro concebido como um tipo particular de linguagem. O que verdadeiramente o distingue dos defensores do determinismo linguístico é, então, a sua adesão ao conceito chomskyano de linguagem-I. Este encontra-se, de facto, completamente ausente da perspectiva de Orwell ou da perspectiva de quaisquer defensores da tese do chamado “determinismo linguístico”.

Que este é o aspecto essencial da questão, é algo que se torna manifesto quando analisamos o modelo com base no qual Pinker imagina o que aconteceria a Newspeak

após 2050. De facto, a tese de que os cidadãos de Oceânia de meados do séc. XXI crioulizariam Newspeak num novo crioulo de base inglesa segue-se directamente da perspectiva chomskyana acerca da faculdade humana da linguagem, sem ser necessário introduzir quaisquer pressupostos relativamente às conexões desta com a “linguagem do pensamento”. Senão vejamos. A perspectiva acerca da natureza dos crioulos por referência à qual Pinker constrói a sua posição é a chamada “perspectiva do bioprograma”, introduzida no debate linguístico por um outro linguista chomskyano, Derek Bickerton. Trata-se de uma perspectiva que faz radicar o nascimento destas línguas nas exigências da Gramática Universal. A ideia fundamental de Bickerton é a de que os pidgins que teriam sido servidos como dieta linguística pelos proprietários europeus aos filhos e netos dos escravos africanos não respeitariam as exigências de complexidade sintáctica inscritas na Gramática Universal. Ora, a criação em rancho de crianças pequenas, tal como se supõe ter sido o caso nos alojamentos dos escravos, teria constituído uma estimulação poderosa para que a estrutura inata e rica em complexidade da Gramática Universal tivesse sido activada nos seus cérebros no período de maturação apropriado. Perante a pobreza linguística ambiental, as exigências de complexidade ditadas pela activação deste mecanismo inato teriam tido como consequência o surgimento do processo de invenção linguística que teria dado origem aos modernos crioulos. Deste modo, a combinação da premissa de que existiria uma Gramática Universal inata no género humano, dotada de um apreciável grau de complexidade, com as premissas de que Newspeak não seria mais do que um pidgin e de que as crianças de Oceânia seriam criadas de forma colectiva, teria sido suficiente para derivar a conclusão de que a inculcação de Newspeak teria que ter tido como consequência o nascimento de um novo crioulo Oceânico. A introdução, como hipótese adicional, da hipótese da linguagem do pensamento não desempenha qualquer papel inferencial na extracção desta conclusão.

V.

Chegado a este ponto, as questões que o leitor naturalmente já pôs a si próprio são, obviamente, as seguintes:

- i) Qual é, afinal, o sentido apropriado para o termo ‘linguagem’?
- ii) Qual é, afinal, o sentido apropriado para o termo ‘pensamento’?
- iii) Dados os sentidos apropriados para os termos ‘linguagem’ e ‘pensamento’, qual dos dois correlatos na relação entre a linguagem e o pensamento detém, afinal, o papel preponderante?

Para que possamos entender-nos em torno destas questões vou começar por apelar para uma ideia metodológica bastante consensual. Trata-se do “princípio do contexto”. Este princípio foi exposto e defendido por Frege e o seu alcance foi ampliado por Wittgenstein, Quine e Davidson. O primeiro destes três autores formula-o explicitamente na seguinte passagem: “Eu sei o que uma palavra significa **em certos contextos**”⁴. Se nos socorrermos deste princípio, verificaremos que as três perguntas referidas acima contêm precisamente os termos ‘linguagem’ e ‘pensamento’ formulados fora de qualquer contexto. Se, todavia, pretendemos uma resposta precisa e informativa a qualquer uma delas, precisamos primeiro de seleccionar um âmbito particular de investigação no qual estejamos interessados.

⁴ cf. Wittgenstein (1958), p. 9.

Um dos grandes méritos de Chomsky consiste precisamente em que ele lançou um novo programa de investigação empírica em Linguística e Psicologia no contexto do qual os diferentes termos por ele introduzidos podem ser usados e compreendidos com rigor. O paradigma teórico subjacente a este programa é o paradigma das ciências da computação, as quais criaram nos últimos 50 anos um vocabulário e uma metodologia de trabalho próprios. No contexto deste programa de investigação, faz todo o sentido entender o termo ‘linguagem’ como ‘linguagem-I’ no sentido definido por Chomsky. Na realidade, trata-se da extensão natural ao domínio da mente humana do modo como o termo é usado em Ciência da Computação para referir códigos de programação como COBOL ou FORTRAN, ou para referir a chamada “linguagem-máquina” de um computador quando considerada, por exemplo, em contraste com a chamada “linguagem de diálogo” com o utilizador. O que está aqui em causa é, antes de mais, um raciocínio por analogia. Trata-se da ideia de que a melhor forma de compreender o cérebro humano e as suas diferentes funções, incluindo a da linguagem, é compreendê-lo por analogia com o computador digital. Dada esta analogia de princípio, os termos psicológicos pré-existentes devem ser redefinidos, de acordo com ela, no contexto da nova teoria.

Evidentemente, podemos sempre perguntar: será a analogia legítima? Ora bem, o programa de Chomsky é um programa de investigação empírica que faz apelo à verificação experimental. Neste campo, todas as analogias e todas as hipóteses são, à partida, legítimas desde que dêem origem a programas profícuos. E, para já, há sinais encorajadores neste sentido, mesmo que ainda não decisivos. Suponhamos então que o programa de Chomsky continua a acumular sucessos. Significará isso que o conceito chomskyano de linguagem-I deverá tornar-se a definição oficial dos termos “linguagem” e “pensamento” em quaisquer contextos?

Para encontrar uma resposta para esta pergunta, consideremo-la por analogia com o seguinte caso. Se consultarmos um qualquer livro de Física elementar encontraremos nele as seguintes definições dos termos ‘trabalho’ e ‘força’: “trabalho é a grandeza de valor igual ao produto da intensidade de uma força pelo comprimento do deslocamento do seu ponto de aplicação, medido na direcção da sua força” e “força é toda a causa capaz de produzir deformações ou de modificar o estado de repouso ou de movimento de um corpo”. Dada a importância crucial que a Física desempenha na Ciência moderna, será que devemos tomar estas definições como as definições dos termos ‘trabalho’ e ‘força’ em quaisquer circunstâncias do seu uso habitual? É óbvio que não. Estas definições são definições de termos teóricos de uma teoria e a definição de um termo teórico não pode ser entendida fora do contexto da teoria onde é introduzido. Através delas não teríamos qualquer hipótese de entender expressões como ‘trabalho intelectual’, ‘força de vontade’, ‘força interior’, ‘o valor do trabalho’, ‘trabalho para casa’, ‘a força de um argumento’, ‘a força de uma imagem’, ‘a força da sua personalidade’, etc. Evidentemente, há uma certa conexão entre o sentido dos termos teóricos e o seu sentido não-teórico ou pré-teórico, mas a especificação com um mínimo de rigor dessa conexão parece ser uma tarefa extremamente ingrata.

Por analogia com os casos dos termos ‘trabalho’ e ‘força’, chegamos assim à conclusão que, mesmo que o programa de investigação de Chomsky se torne consensual entre a comunidade científica, a definição teórica de ‘linguagem’ como linguagem-I não deve substituir a caracterização não teórica deste termo em todos os contextos. Aliás, o

primeiro a defender o carácter teórico do seu uso do termo é o próprio Chomsky. Ele não está minimamente interessado em reformar a linguagem natural e não tem qualquer objecção a que continuem a usar-se expressões como ‘O Português é a língua oficial de Portugal’ ou ‘Newspeak é a língua oficial de Oceânia’. Como seria de esperar de um cientista sensato, Chomsky limita-se a defender a substituição do conceito de linguagem visto como uma Linguagem-E pelo conceito de linguagem visto como uma Linguagem-I no contexto da ciência empírica da linguagem que ele propõe. Uma ciência que deve ser vista como uma sub-disciplina da Psicologia, concebida, por sua vez, como uma aplicação a uma área específica da Biologia das categorias e princípios da ciência da computação. Se nos colocarmos neste contexto, então poderemos, sem dúvida, concordar com o modo como Pinker estende por sua vez o conceito de uma linguagem-I para introduzir uma definição precisa do termo ‘pensamento’ e com o modo como ele argumenta a favor da relação particular que considera existir entre as duas linguagens-I. Embora não haja, de momento, qualquer confirmação empírica a seu favor, trata-se, sem dúvida, de uma hipótese interessante. Mas, ao fazê-lo, temos que ter em mente que não estamos a responder de forma diferente e mais correcta a uma pergunta pré-existente, à qual tinha sido fornecida anteriormente uma resposta errada. Aquilo que estamos, em primeiro lugar, a fazer é a reformular a pergunta de um modo tal que ela seja respondível no âmbito de uma teoria que era inexistente no momento em que ela foi formulada. Esta teoria, por sua vez, cria uma nova imagem do seu objecto de estudo e recria a semântica dos termos pré-existentes, que são mobilizados para funções novas. Dado tratar-se de uma teoria empírica que apresenta uma determinada imagem do modo como o mundo é, ela pode ser verdadeira ou falsa. Se vier a revelar-se falsa, a semântica dos seus termos teóricos cai juntamente com o resto da teoria.

Partamos, então, do princípio que, mesmo em caso de sucesso empírico do programa de Chomsky, continua a haver espaço para o uso pré-teórico dos termos ‘linguagem’ e ‘pensamento’. Será que a discussão da questão introduzida por Orwell pode cair nesse espaço? Será que é possível discutir esta questão nos termos em que ele a coloca, isto é, do ponto de vista de um conceito pré-teórico de ‘linguagem’, ou seja, um conceito debaixo do qual caíam objectos externos como o português, o inglês, ou Newspeak? E também do ponto de vista de um qualquer conceito pré-teórico de pensamento? Se partirmos do princípio que quando usamos estes termos, nestes contextos, estamos a falar acerca de alguma coisa e não de nada, a resposta terá que ser afirmativa. Vou por isso tentar explorar esta questão neste contexto.

Repare-se que explorar esta questão do ponto de vista de um conceito pré-teórico de linguagem não é a mesma coisa que aderir ao modo como David Lewis tomou como sua a tarefa de reconceptualizar, do ponto de vista formalmente rigoroso da Teoria matemática dos Conjuntos, mas independentemente de qualquer motivação empírica particular, o uso pré-teórico do termo ‘linguagem’. De facto, o resultado deste esforço foi a obtenção de uma definição demasiado parcial, por um lado, e demasiado precisa e rigorosa, por outro lado, a qual, se partirmos do princípio que o programa de Chomsky constitui o caminho certo para conduzir a investigação empírica, é tanto imprestável para os fins específicos que a investigação empírica se propõe atingir, como demasiado rígida para se poder moldar à flexibilidade que o termo precisa de ter na linguagem natural. Não foi, sem dúvida, por acaso que Chomsky escolheu o conceito de linguagem proposto por Lewis como o paradigma do conceito de linguagem-E que era necessário abandonar para que a investigação empírica em Linguística e Psicologia pudesse evoluir. Fiquemo-nos, por isso, pela ideia vaga que encontramos em Orwell, a qual

concorda basicamente com as nossas intuições pré-teóricas acerca de o que é aquilo acerca de que falamos quando utilizamos os termos “língua natural” ou “linguagem natural”.

Para que esta exploração possa dar frutos, é necessário determinar também qual o alcance que o termo ‘pensamento’ efectivamente tem na linguagem natural. A que resultados poderá levar-nos a prossecução de uma investigação semântica acerca deste tópico? Do meu ponto de vista, ao resultado seguinte: o primeiro dos pressupostos com que tanto Orwell como Pinker abordam o termo não se deixa sustentar pelo modo como o termo é usado. Ou seja, o que parece óbvio a ambos, isto é, que o pensamento tem uma estrutura simbólica intrínseca, é algo que não me parece de todo óbvio. De facto, qualquer análise detalhada dos contextos nos quais se fazem atribuições dos termos ‘pensar’ e ‘pensamento’ terá que incluir não apenas casos nos quais o pensamento ocorre em associação indissolúvel com estruturas linguísticas de carácter proposicional mas também outros casos. Pense-se, por exemplo, no seguinte. Um indivíduo executa um trabalho no qual se torna claro que procede a escolhas, tem dúvidas em certos momentos, manifesta apreensão em momentos de dificuldade e júbilo em momentos de resolução, volta atrás para refazer certas tarefas que não foram bem executadas, etc. Em nenhum momento do processo o indivíduo em causa pronuncia uma palavra. Podemos mesmo imaginar que, por hipótese, ele nos relata posteriormente que em nenhum momento de todo o processo a sua consciência foi atravessada por conteúdos de carácter proposicional relacionados ou não com a descrição dos processos de trabalho nos quais se encontrou envolvido. Podemos até supor que, durante todo o processo, ele esteve a trautear uma qualquer melodia. Obviamente, nenhum falante competente da língua terá qualquer dúvida em atribuir pensamento a este indivíduo nestas circunstâncias. Mas se não há aqui qualquer dúvida na atribuição de pensamento, apesar de não haver a recondução da aplicação do termo à presença de quaisquer conteúdos simbólicos na consciência ou no cérebro do pensador, isso só pode significar que a associação com a presença de tais conteúdos não pode ser uma condição necessária para o uso correcto do termo.

A conclusão que me parece poder ser extraída deste e doutros exemplos é, então, a de que o que é decisivo em muitas atribuições de pensamento a indivíduos é a presença neles de um conjunto de atitudes específicas que estamos habituados a encontrar nos seres humanos. Muitas destas atitudes costumam ser referidas pelo termo semi-técnico de “atitudes proposicionais”. Mas, num contexto como este, parece-me que o termo “proposicionais” tem que ser tomado num sentido extrínseco e não num sentido intrínseco. Tomar as atitudes proposicionais num sentido extrínseco é tomá-las como proposicionais apenas no sentido em que aquele que as identifica usa proposições para descrever o seu conteúdo. Por outro lado, parece-me igualmente que entre estas atitudes devem ser incluídas atitudes como a criatividade, a ponderação, o empenho, a surpresa, a ilusão e a desilusão, o ânimo e o desânimo, a empatia, a curiosidade, a preocupação ou o estar intrigado e não apenas aquelas atitudes proposicionais tidas como típicas, como é o caso das crenças e dos desejos, normalmente associadas a discussões sobre racionalidade e pensamento. Todas estas atitudes se revelam em inúmeros traços característicos da expressão fisionómica humana e no modo como os seres humanos tipicamente encaram os problemas que encontram. Evidentemente, a manifestação de tais atitudes tem que ter um qualquer suporte causal em mecanismos cerebrais internos. Mas não parece ser a determinação do carácter peculiar desse suporte causal que estipula este modo como o termo é, de facto, usado na linguagem natural.

O que acabei de dizer não significa, obviamente, que o termo ‘pensamento’ não seja também usado na linguagem natural em associação com a presença de conteúdos proposicionais na consciência do falante. Certamente que é. Particularmente quando o termo ocorre sob forma verbal na primeira pessoa do singular. Podemos, por isso, distinguir claramente dois usos diferentes deste termo na linguagem natural — ao primeiro referir-me-ei como uso atitudinal e ao segundo como uso pneumático. Vamos então considerar os modos como estes dois usos do termo ‘pensamento’ se relacionam com o termo ‘linguagem’.

Uma observação preliminar que desde logo se impõe é a de que o termo ‘linguagem’, tomado como referindo o género de coisas externas a que nos habituámos a chamar as nossas línguas naturais e objectos semelhantes, nos remete para dimensões externas que se encontram bastante mais afastadas da estrutura cognitiva individual dos seus falantes do que o conceito chomskyano de Linguagem-I. Em particular, ele remete-nos tanto para uma dimensão normativa como para uma dimensão sócio-política. Podemos, por isso, dizer que uma linguagem concebida deste modo se encontra fortemente dependente daquilo a que Wittgenstein chamou ‘formas de vida’. Esta ideia pode ser fundamentada na constatação de que, mesmo que exista uma Gramática Universal inamovível em todas as línguas humanas possíveis que seja responsável pela existência de um fundo sintáctico comum, as oportunidades de exploração conceptual de que os falantes de línguas diferentes gozam podem variar bastante. E essa variação parece claramente ser uma função tanto da riqueza e complexidade do património vocabular externo da língua, tal como se encontra codificado, por exemplo, na cultura escrita a ela associada, como das estimulações culturais propiciadas pelo modo de vida no qual os seus falantes se encontram inseridos. E isto parece-me que permanece verdade mesmo que se venha a confirmar que os conceitos básicos do repertório cognitivo humano, isto é, os conceitos relacionados com o tempo, o espaço, a quantidade, a cor, a causalidade ou a acção, são inatos.

Ao invés, o termo “pensamento”, concebido de modo atitudinal, parece ser substancialmente independente das dimensões externas acima mencionadas. Ele remete-nos antes para o conjunto daquelas atitudes que, para usar de novo uma expressão de Wittgenstein, caracterizam o que ele chama de “gemeinsame menschliche Handlungsweise”⁵, isto é, o modo de agir comum que caracteriza todos os seres humanos, independentemente de quaisquer distinções entre suportes civilizacionais. Dado o carácter universal na espécie deste modo de agir, não parece ser abusivo pressupor que ele radica, em última instância, em mecanismos inatos não permeáveis à intervenção externa. Não obstante, os modos por meio dos quais o pensamento atitudinal se manifesta podem variar substancialmente tanto inter como intra culturas, desempenhando a linguagem, nessa variação, um papel de facto relevante.

Ora bem, se combinarmos a observação preliminar com a consideração feita no parágrafo acima, parece-me que nada indica que a linguagem se encontre, no contexto das formas de vida nas quais ambos se encontram inseridos, numa relação de dependência essencial com o pensamento atitudinal. Assim como nada indica que este tipo de pensamento seja substancialmente alterado, controlado ou influenciado pela linguagem (mesmo levando em conta o facto de a linguagem permitir uma enorme

⁵ cf. Wittgenstein (1952), §206.

diversificação e complexificação das manifestações de pensamento). A posição que me proponho defender aqui é, então, aquela de acordo com a qual nenhum dos termos da relação se encontra sob o controle causal directo do outro. Deste modo, a resposta que eu penso que pode ser dada à pergunta acima mencionada, tendo como padrão de referência estes modos como estes termos são usados na linguagem natural, é a de que a linguagem e o pensamento (atitudinal) dependem não um do outro, mas ambos de terceiras instâncias que, por sua vez, podem nem sequer responder no mesmo sentido ao mesmo conjunto de estimulações ambientais.

Consideremos agora os usos pneumáticos de ‘pensar’, isto é, aqueles que remetem para acontecimentos de carácter linguístico que decorrem silenciosamente na consciência de cada um. Como é óbvio, ‘pensamento’ e ‘linguagem’ encontram-se intimamente ligados neste uso. A natureza dessa ligação íntima pode ser, e tem sido, objecto de disputa; mas, nesta disputa, a tese orwelliana de que o pensamento pneumático seria uma manipulação interna de conteúdos linguísticos externos é, pelo menos, uma das hipóteses mais plausíveis. Repare-se que não constitui propriamente uma violentação dos seus pontos de vista, dizer que, de uma forma ou de outra, alguns dos mais notórios filósofos da mente contemporâneos, como Clark ou Dennett defendem variantes desta tese. Seja como for, aquilo que gostaria de salientar é que, mesmo que esta tese esteja correcta, a consequência que Orwell dela extrai não tem o tremendismo que aparenta ter. Com efeito, se o pensamento pneumático não consiste senão num uso silencioso da linguagem externa, é óbvio que uma reformatação dessa linguagem terá que implicar uma reformatação correspondente desse pensamento. Mas expressões orwellianas como “controle do pensamento” resultam dramáticas, não propriamente pelo facto de, nelas, o termo ‘pensamento’ ser associado a uma simples capacidade para reduplicar e manipular interna e silenciosamente os mecanismos linguísticos codificados num determinado património sócio-cultural, mas antes porque convocam em nós uma associação implícita com aqueles mecanismos por meio dos quais o comportamento inteligente e criativo é gerado nos seres humanos. Ou seja, convocam uma associação do termo com o modo como ele é usado em contextos que designei acima como atitudinais. Ora, se, como vimos, o mais provável é que o funcionamento de tais mecanismos seja largamente independente da interiorização do património linguístico codificado externamente nos instrumentos de difusão e reprodução cultural produzidos e guardados por cada cultura, essa associação é espúria.

A defesa destas ideias permite-me defender uma *via media* entre o pessimismo de Orwell e o optimismo de Pinker. De acordo com ela, a introdução forçada de Newspeak, só por si, não deveria ter as consequências nefastas que Orwell imagina. Como vimos, nem é adequado reduzir o pensamento aos conteúdos proposicionais da consciência intencional, nem a tese do determinismo linguístico, tal como Pinker a formula e Orwell a ela parece aderir, pode ser defendida, seja com base no modo como os termos ‘pensamento’ e ‘linguagem’ são usados na linguagem natural, seja com base no modo como esses termos são usados no programa de investigação empírica mais promissor que, de momento, temos ao nosso dispor. Mas, e ao contrário de Pinker, tão-pouco me parece muito plausível pensar que conceitos tão complexos como, por exemplo, o conceito de liberdade sejam inatos na espécie humana e que, seja como for que um qualquer poder tirânico possa agir externamente sobre os seres humanos e a sua cultura, tais conceitos se manterão inamovíveis na hipotética linguagem do pensamento, à espera da primeira oportunidade para reganharem expressão na linguagem pública. Mesmo supondo que os mecanismos internos por meio dos quais o pensamento é

processado tenham o carácter simbólico que Pinker lhes atribui, fica por demonstrar que esses mecanismos tenham o controle semântico sobre a linguagem pública que Pinker imagina.

De acordo com a *via media* que aqui defendo, a realização efectiva de uma forma de vida como aquela que é descrita em *Ninety Eighty-Four* teria, de facto, consequências bastante desagradáveis. Na realidade, num contexto como esse, a ideia da criação de Newspeak é até um pouco ociosa: a realização das condições extremas de isolamento pessoal, de empobrecimento cultural, de anulação da memória colectiva e de falta de intercâmbio afectivo descritas por Orwell não deixariam de se reflectir no empobrecimento da língua efectivamente usada em Oceânia e, por conseguinte, também no empobrecimento do pensamento pneumático dos seus cidadãos, independentemente de quaisquer considerações de engenharia e tirania linguística. Mas, dado o que ficou dito, a realização de um tal estado de coisas não deveria ter como consequência a realização das condições debaixo das quais se tornaria possível o controle do pensamento de uma multidão de cidadãos diligentes pelo Partido. Por outro lado, encaro com algum cepticismo a hipótese empírica de que ela criaria as condições para que as novas gerações procedessem autonomamente a uma recomplexificação semântica da língua efectivamente falada. Creio antes que um tal processo de retrocesso progressivo e combinado dessa multidão para formas de vida humana mais primitivas, para formas mais pobres de competência semântica e para formas menos complexas de expressão atitudinal acabaria por tornar-se incompatível até com a manutenção do próprio género de organização social que lhe teria dado origem.

Evidentemente, esta minha resposta a esta questão, considerada neste contexto, em nada influi no debate de questões como as que revolvem em torno da determinação de qual a imagem mais apropriada para dar conta do modo como o cérebro humano e as suas faculdades, entre elas a da linguagem, efectivamente funcionam.

BIBLIOGRAFIA:

- Bickerton, D. : *Roots of Language*. Ann Arbor (MI), Karoma, 1981.
- Bickerton, D. : *Language and Species*. Chicago (IL), The University of Chicago Press, 1990.
- Chomsky, N. : *Knowledge of Language — Its Nature, Origin, and Use*. Westport (CT), Praeger, 1986.
- Chomsky, N. : *On Language – Chomsky’s Classic Works “Language and Responsibility” and “Reflections on Language” in One Volume*. New York, The New Press, 1998.
- Chomsky, N. : *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge, Cambridge University Press, 2000.
- Clark, A. : *Being There — Putting Brain, Body and World Together Again*. Cambridge (MA), The MIT Press, 1997.
- Davidson, D. : “Three Varieties of Knowledge” no seu *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford, Oxford University Press, 2001, pp. 205-220. Publicado originalmente em Griffiths, A.P. (ed.): *A.J. Ayer Memorial Essays: Royal Institute of Philosophy Supplement, 30*. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.
- Davidson, D. : “The Second Person” no seu *Subjective, Intersubjective, Objective*,

- pp. 107-121. Publicado originalmente em French, Uehling and Wettstein (eds.), *Midwest Studies in Philosophy*, 17, 1992.
- Davidson, D. : “The Emergence of Thought” no seu *Subjective, Intersubjective, Objective*, pp. 123-134. Publicado originalmente em *Erkenntnis*, 51, 1999.
- Dennett, D. : *Consciousness Explained*. Boston (MA), Little, Brown, 1991.
- Dennett, D. : *Darwin’s Dangerous Idea — Evolution and the Meanings of Life*. London, Penguin, 1995.
- Fodor, J. : *Psychosemantics — The Problem of Meaning in the Philosophy of Mind*. Cambridge (MA), The MIT Press, 1987.
- Lewis, D. : *Convention — A Philosophical Study*. Cambridge (MA), Harvard University Press, 1969.
- Lewis, D. : “Languages and Language” in Gunderson, K. (ed.), *Language, Mind and Knowledge*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1975.
- Millikan, R.G. : *Language, Thought, and other Biological Categories — New Foundations for Realism*. Cambridge (MA), The MIT Press, 1984..
- Orwell, G. : *Nineteen Eighty-Four*. London, Penguin, 1989. Publicado originalmente em Londres por Martin Secker & Warburg, 1949.
- Papineau, D. : *Reality and Representation*. Oxford, Blackwell, 1987.
- Pinker, S. : *The Language Instinct — The New Science of Language and Mind*. London, Penguin, 1994.
- Pinker, S. : “Language Acquisition” in Osherson, D.N. (org.), *An Invitation to Cognitive Science* — vol. 1. Cambridge (MA), The MIT Press, 1995.
- Wittgenstein, L. : *Philosophische Untersuchungen in Werkausgabe, Band 1*. Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1984. Publicado originalmente em Oxford, Blackwell, 1952.
- Wittgenstein, L. : *The Blue and Brown Books — Preliminary Studies for the Philosophical Investigations*. Oxford, Blackwell, 1958.